

CLIPPING

25/2019
26 de Julho de 2019

EDUCAÇÃO

- Grupo Afya, de ensino superior de medicina, levanta R\$ 1 bi na Nasdaq
- Projeto de empreendedorismo é o novo foco do dono da Ser
- MEC prevê alívio financeiro nas universidades em 10 anos, mas cala sobre verba para este ano
- MEC quer financiar com verba de cultura pesquisa feita em universidade
- Sem verba, CNPq suspende novas bolsas
- Idiomas sem Fronteiras será encerrado pelo MEC
- Nem os momentos de crise param o segmento



Grupo Afya, de ensino superior de medicina, levanta R\$ 1 bi na Nasdaq

Idealizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quando era sócio do fundo Bozano (hoje Crescera), empresa de educação brasileira deverá acelerar movimento de consolidação do setor

O brasileiro Afya, grupo de educação voltado a cursos de medicina, estreou ontem na bolsa americana Nasdaq, levantando cerca de R\$ 1 bilhão (US\$ 300 milhões) em sua abertura de capital. A companhia, criada quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, fazia parte do fundo Bozano (hoje Crescera), deverá encerrar este ano com pelo menos duas aquisições, apurou o 'Estado'.

O processo de abertura de capital do Afya foi inspirado na empresa brasileira de educação Arco, que tem suas ações também negociadas na Nasdaq desde o ano passado. A demanda por investidores por papéis da companhia Afya superou em 15 vezes a oferta.

Com isso, o preço da ação ficou em US\$ 19, acima da faixa indicativa de preço, de US\$ 16 a US\$ 18. Assim, a captação ficou acima do previsto inicialmente.

"O modelo de negócios da Afya chamou a atenção dos investidores", afirmou Virgílio Gibbon, presidente da companhia de educação.

O projeto do grupo é ser o parceiro do médico em toda sua carreira, desde sua graduação, passando por cursos preparatórios e especializações futuras, segundo ele. "Nosso relacionamento com o médico pode durar 40 anos."

Além disso, a plataforma digital da Afya, utilizada para o processo de aprendizagem e já licenciada para outras entidades de ensino,

trouxe o apelo "tecnológico" que salta aos olhos dos investidores da Nasdaq, bolsa que atrai principalmente empresas de tecnologia.

"Tivemos uma demanda alta vinda de todos os tipos de investidores, como os dedicados à tecnologia, saúde e educação", disse Gibbon. Segundo ele, a demanda ficou entre três e quatro vezes maior na Nasdaq, quando comparada à que teriam na B3.

A oferta da Afya na Nasdaq foi liderada pelos bancos Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, UBS, Itaú BBA, Morgan Stanley, BTG Pactual e XP Investimentos.

Tamanho da Afya. No ano passado, a receita do grupo foi de R\$ 334 milhões, 55% maior que a de 2017. O lucro foi de R\$ 94,7 milhões, praticamente o dobro do visto no ano anterior. A Afya tem hoje 36 mil alunos, sendo 25 mil na graduação. Está presente em 19 cidades, divididas entre oito Estados.

Já nos próximos meses, a Afya chegará a quatro novos estados no Norte do Brasil, depois de vencer sete editais do Programa Mais Médicos, do governo federal. Em cada unidade, a Afya está autorizada a ofertar 50 vagas por ano para o vestibular de medicina.

A Afya é resultado da união da união NRE Educacional, maior grupo de faculdade de medicina do País, e da Medcel, marca de cursos digitais preparatórios para provas de residência médica.





O grupo pertence à família Esteves e ao fundo Crescera (ex-Bozano), que mudou de nome este ano, após a saída do ministro Paulo Guedes. A Medcel, que pertence ao fundo Crescera, também é dono de uma rede de hospitais. Concretizada este ano, a fusão que deu origem à Afya foi idealizada no ano passado por Guedes, segundo fontes a par do assunto.

A empresa já está em negociações com grupos de ensino superior com foco em medicina para eventuais aquisições, segundo fontes.

Fora das fronteiras. Essa é a primeira abertura de capital de uma empresa brasileira nos Estados Unidos neste ano. No ano passado, foram três processos de ofertas de ações naquele país. Além da Arco, escolheram os Estados Unidos as empresas Stone e PagSeguro.

A B3 já levantou o sinal de alerta para a escolha de algumas companhias por Nova York. Apesar de apontar que os casos são pontuais, a bolsa brasileira está debruçada no assunto para tentar desatar os nós que são apontados como entraves para a listagem de ações do setor de tecnologia no País.

Fonte: Estadão



Projeto de empreendedorismo é o novo foco do dono da Ser

Fundador da Ser Educacional, maior grupo de dá um grande trabalho reunir tanta gente boa", ensino superior das regiões Norte e Nordeste, disse Cândido Pinheiro, vice-presidente da Janguê Diniz está dedicando seus esforços para Hapvida, confessando que seu maior desafio hoje um outro projeto, o Instituto Êxito de é conseguir tempo para se dedicar ao Instituto.

Empreendedorismo. Em maio, Janguê mudou de Hapvida está passando por um momento de Recife para São Paulo e metade do seu tempo já é grande transformação", afirmou. A operadora de dedicada à plataforma de cursos on-line de planos de saúde fez quatro aquisições nos últimos empreendedorismo para alunos carentes. "Minha dois meses, sendo que uma delas foi a São meta é dedicar, em breve, 100% do meu tempo a Francisco Saúde, por R\$ 5 bilhões, o que fez a esse projeto social", disse Janguê, que também é Hapvida se transformar na maior operadora de presidente do conselho da Ser. planos de saúde em número de usuários.

Questionado se planeja vender a Ser Educacional O diferencial do Instituto Êxito é que todos os para se dedicar integralmente ao novo projeto, executivos participantes precisarão gravar aulas e Janguê nega que esteja vendendo o grupo de também serão mentores de um grupo de alunos ensino. "Recebi proposta, mas neguei. pré-selecionados. "Acredito que todos têm

Ofertas de compra e venda acontecem sempre.". potencial para empreender, mas muitos, Para tocar a empreitada, Janguê convidou um principalmente, as pessoas de baixa renda, não seletos grupo de 34 executivos e empreendedores têm uma orientação", disse Janguê, que antes de que se tornaram sócios do Instituto Êxito. Entre fundar a Ser Educacional trabalhou como eles, estão nomes como José Olympio (Credit engraxate. "Na Ser, temos um projeto social que dá Suisse), Fabio Coelho (Google), Eduardo Alcalay 50 bolsas de estudos para estudantes carentes, (Bank of America Merrill Lynch), Cândido Pinheiro mas meu objetivo sempre foi criar algo maior", (Hapvida), Celso Niskier (Unicarioca), Rafael complementou. Janguê pretende dar mentoria Furlanetti (XP), João Apolinário (Polishop), entre para cerca de 20 estudantes.

outros. Todos os 34 sócios doaram recursos para Segundo Janguê, a expectativa é que em cinco a criação do Instituto Êxito, cerca de R\$ 600 mil, e anos, o Instituto tenha 1 milhão de alunos.

também fazem doações mensais de R\$ 500 para a manutenção do projeto. Além dos sócios fundadores, há cerca de 200 executivos que também contribuem com a empreitada.

"É impressionante a dedicação que o Janguê vem dando ao Instituto. Ele mudou para São Paulo para tocar esse projeto, está conversando com muitos empresários,

Fonte: Valor



MEC prevê alívio financeiro nas universidades em 10 anos, mas cala sobre verba para este ano

Gestão Bolsonaro diz que cada organização social deve gerir um conjunto de universidades

Após anunciar um programa para reduzir a dependência das universidades federais do orçamento público, o Ministério da Educação prevê que, daqui a uma década, não haja mais aperto financeiro. Mas, diante da dificuldade das instituições de fechar as contas dos próximos meses, a pasta diz não ser possível prometer liberação de recursos no curto prazo.

Com o nome de Future-se, o plano lançado pelo MEC na quarta-feira (17) inclui uma série de medidas para aumentar a captação de recursos privados para as federais. Entre elas, estão um fundo imobiliário com imóveis ociosos da União e a possibilidade de as instituições recursos para pesquisa e extensão por meio da Lei Rouanet.

Em troca, as instituições interessadas em aderir ao programa teriam que concordar em repassar parte da gestão a organizações sociais credenciadas pelo MEC.

A proposta, que fica em consulta pública até o final do mês, foi lançada em um momento de aperto financeiro nas universidades, que tiveram um bloqueio da ordem de 30% das verbas discricionárias, usadas para pagar despesas de custeio como luz, água, limpeza, entre outros.

Segundo Arnaldo Lima, secretário da Educação Superior da gestão Bolsonaro, o prazo para o

Future-se começar a ter efeitos financeiros vai depender do ritmo de análise do Congresso — a implementação prevê uma série de alterações legislativas.

Mas em uma década, prevê, o programa estará consolidado.

"A ideia é que, em dez anos, a gente não fale mais em contingenciamento", afirmou.

Ele prevê que o fundo imobiliário, responsável por quase metade da verba do projeto, comece a dar retorno um ano após a aprovação pelo Congresso.

O secretário não se comprometeu, no entanto, com a liberação de verbas contingenciadas para este ano.

Algumas universidades relatam problemas para fechar as contas do semestre. Parte delas suspendeu bolsas, reduziu atividades de manutenção e deixou contas em atraso.

Nesta semana, a Universidade Federal do Mato Grosso, por exemplo, teve a energia cortada por oito horas por falta de pagamento. As dívidas vinham desde 2015 e, sem verba, a universidade descumpriu prazo de renegociação com a concessionária do estado.

Lima afirmou, porém, que não é seu ministério que decide sobre a liberação dos recursos. "O contingenciamento foi determinado pelo Ministério da Economia, e cabe ao MEC cumpri-lo."

Inicialmente, ao anunciar o contingenciamento, o ministro Abraham Weintraub (Educação) havia afirmado que seriam cortados recursos de

universidades que praticavam o que chamou de balbúrdia.

Indagado sobre as organizações sociais que deverão participar do Future-se, o secretário afirmou esperar que seja uma rede pequena de entidades, que deverão, cada uma, gerir um conjunto de universidades.





Sobre a possibilidade de a solução ser rejeitada por órgãos de controle, que têm imposto uma série de restrições a OSs, ele disse que serão estabelecido parâmetros de transparência e governança e que está em diálogo com o TCU (Tribunal de Contas da União).

Fonte: Folha de SP



MEC quer financiar com verba de cultura pesquisa feita em universidade

Objetivo é captar recurso via Lei Rouanet; terceirização da gestão é mais ampla do que a anunciada

O Ministério da Educação quer que projetos de pesquisa e programas de extensão das universidades federais passem a ser considerados atividades culturais e, com isso, possam ser financiados pela Lei Rouanet.

A medida está prevista em minuta de projeto de lei elaborado pelo MEC para a implantação do programa Future-se. Anunciado na semana passada, ele tem o objetivo de atrair mais recursos privados para as instituições de ensino, que passariam parte da gestão a organizações sociais (OSs).

A proposta de alteração legislativa mostra que o papel tanto das OSs como o da Lei Rouanet é maior do que havia sido anunciado no lançamento do programa, no dia 17.

Na apresentação feita na ocasião, a legislação de financiamento cultural, alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro (PSL) desde antes da campanha eleitoral, foi apontada como uma alternativa para bancar bibliotecas e museus universitários.

Além dessa possibilidade, porém, o projeto do MEC incluiu na Lei Rouanet a manutenção de centros de estudos e pesquisas como item financiável e acrescentou à legislação o seguinte parágrafo: "consideram-se como atividade cultural as atividades de pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior".

Para Cristiane Olivieri, advogada especializada no setor cultural,

o dispositivo desvirtua a lei ao abrir margem ao financiamento de pesquisa em qualquer área do conhecimento com verba que deveria ser destinada à cultura.

"Educação, assim como meio ambiente e agronomia, é uma área muito importante. Mas a Lei Rouanet tem a função de viabilizar um segmento específico que já tem muito pouco recurso direto do governo —o que não é o caso da educação", diz.

Ela afirma ainda que não há sentido considerar atividade cultural apenas a pesquisa e extensão realizada em universidades federais e não, por exemplo, também a feita nas instituições estaduais e particulares.

Por inconsistências como essa, avalia que o projeto deve ser barrado na análise de constitucionalidade que precede a apreciação de qualquer proposta legislativa.

Economista e professora da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), Cristina Helena Pinto de Mello avalia que, se aprovada, a lei do Future-se de fato pode reduzir os recursos destinados à cultura.

Por outro lado, pondera que mesmo pesquisas em áreas como física e química podem resultar em atividades como exposições interativas de arte educativa —que, em sua opinião, podem ser consideradas atividades culturais.

Questionado pela Folha se qualquer atividade desenvolvida pelas universidades pode ser enquadrada dessa forma, o MEC afirmou que essa definição caberá ao Comitê Gestor do Future-se.





A pasta não respondeu, no entanto, quem irá integrar esse comitê nem quem escolherá seus membros. Disse apenas que a composição e funcionamento serão definidos por decreto do Executivo.

Professora da Faculdade de Direito da USP e coordenadora de cátedra da ONU para a Educação, Ciência e Cultura, Nina Ranieri afirma que, da forma como foi feita, a proposta do MEC de modificação da Lei Rouanet parece uma forma improvisada de driblar entraves burocráticos que atualmente as universidades têm para captar recursos privados.

Para ela, trata-se de mais um exemplo de como o projeto de lei tenta contornar problemas estruturais com um programa construído às pressas, sem discussão prévia e com tramitação rápida demais para a dimensão das mudanças pretendidas —a consulta pública, etapa anterior ao envio do texto ao Congresso, vai até o dia 15.

"É um projeto muito complexo para um ministro há tão pouco tempo no cargo", diz.

Abraham Weintraub assumiu o MEC no dia 9 de abril. Em sua leitura do projeto de lei, Ranieri diz que chama a atenção o poder dado às organizações sociais, muito maior do que o anunciado.

Na apresentação do programa, foi dito que elas atuariam em atividades como a gestão patrimonial e a captação de recursos para as universidades.

O objetivo seria desincumbir os reitores de tarefas burocráticas para que eles pudessem se dedicar à finalidade acadêmica das universidades. A minuta, no entanto, prevê mais que isso. Estabelece que as OSs irão "aprimorar as atividades de pesquisa". Além disso, diz que elas receberão recursos públicos e poderão ter conselheiros remunerados. Outro artigo permite ainda que professores em regime de dedicação exclusiva às universidades possam fazer pesquisa remunerada nas organizações, desde que cumpram "sua carga horária ordinária de aulas".

Questionado, o MEC afirma que essa carga horária, por lei, é de no mínimo oito horas semanais, mas que cabe às instituições de ensino deliberar sobre a jornada.

Para Ranieri, não faz sentido exigir do professor em dedicação exclusiva que apenas dê aulas, pois a Constituição estabelece que uma universidade tem que atuar não só no ensino, mas também em pesquisa e extensão. "Pelo texto apresentado, as OSs vão atuar nas atividades-fim da universidade. Diferente do que foi dito, o projeto não aumenta a autonomia, pelo contrário."

Professor da FGV, Gustavo Fernandes diz ver o risco de o programa criar uma estrutura paralela de poder na universidade, com as OSs. De um lado, explica, vai haver servidores contratados nos moldes atuais, por concurso público, e, de outro, as organizações sociais, com outro regime jurídico e possibilidade de contratação por CLT.



Pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Paulo Meyer Nascimento Questionado sobre rumores de que o governo avalia que esse risco vai depender da forma de implantação do programa.

Em sua opinião, o maior desafio do Future-se é a falta de previsão de recursos a curto prazo, em um momento em que as universidades sofrem um contingenciamento de 30% nas despesas obrigatórias, e ainda a falta de detalhes de como exatamente vão funcionar os fundos de financiamento previstos no programa.

Ele defende o financiamento das instituições pela cobrança dos ex-alunos das instituições, condicionada à renda deles. Essa medida, no entanto, dependeria de alteração constitucional. Em outra mudança nas universidades, a minuta do projeto de lei do Future-se inclui ainda um artigo segundo o qual os hospitais universitários (HUs) poderão atender pacientes com planos de saúde privados.

Segundo a professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Lúcia Bahia, especialista em saúde coletiva, isso já ocorreu no passado, mas os planos que demonstraram interesse em fazer convênios com HUs eram os que pior remuneravam os hospitais, o que não cobria custos.

Para ela, é interessante a liberação de planos, mas cabe regulamentação para que os HUs atendam preferencialmente casos graves e complexos, para que a missão educativa e de pesquisa deles seja respeitada.

Em nota, afirmou que "as nomeações e exonerações dos cargos de direção e funções gratificadas das Universidades e Institutos Federais são de competência das respectivas instituições". Ou seja, continuam sendo atribuição dos reitores.

Contratação das entidades pelas universidades que aderirem ao programa será obrigatória

Fundo para venda e concessão de imóveis ociosos da União será colocado no mercado e terá parte do rendimento revertido para as universidades

Legislação cultural pode ser usada para financiar pesquisa e extensão e também para bancar ações de museus e bibliotecas universitárias

Programa vai facilitar o uso desses fundos por universidades. Eles são compostos por doações de ex-alunos e de empresas, por exemplo

Empresas e patrocinadores poderão dar nomes aos campi das universidades, como já ocorre hoje em estádios de futebol

MEDIDAS DO PROGRAMA FUTURE-SE

- Organizações sociais

Contratação das entidades pelas universidades que aderirem ao programa será obrigatória

- Fundo imobiliário

Fundo para venda e concessão de imóveis ociosos da União será colocado no mercado e terá parte do rendimento revertido para as universidades

Lei Rouanet

Legislação cultural pode ser usada para financiar pesquisa e extensão e também para bancar ações de museus e bibliotecas universitárias

Fundos patrimoniais

Programa vai facilitar o uso desses fundos por universidades. Eles são compostos por doações de ex-alunos e de empresas, por exemplo

Naming rights

Empresas e patrocinadores poderão dar nomes aos campi das universidades, como já ocorre hoje em estádios de futebol





Remuneração

Professores e departamentos podem obter fração de recurso obtido a partir do registro de alguma patente de produto resultado de pesquisa feita na universidade

Dedicação exclusiva

Professor com esse regime de trabalho poderá fazer pesquisa na organização social desde que cumpra a carga horária de aulas, que, pela lei, é de no mínimo 8 horas semanais

Hospitais universitários

Poderão atender pacientes de planos de saúde privados

Fonte: Folha de SP



Sem verba, CNPq suspende novas bolsas

Conselho de fomento à pesquisa põe em suspenso liberação de R\$ 9 mi; órgão ainda se queixa de não ter nem como manter benefícios atuais

Por falta de recursos, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. Apesar de afirmar que deve reavaliar a decisão de suspensão no fim de setembro, o órgão diz que o orçamento previsto para 2019 é insuficiente até mesmo para pagar as 84 mil bolsas que já estão em vigência.

O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes. Esse edital é um dos mais importantes para quem tenta o doutorado-sanduíche, em que o pesquisador desenvolve sua pesquisa em mais de uma instituição de ensino.

O primeiro chamamento de selecionados, feito no início do ano, representou um total de R\$ 51 milhões em bolsas aprovadas para 781 projetos, sendo 142 para o desenvolvimento de pesquisa no exterior. Para o segundo semestre, então, estaria prevista a liberação de R\$ 9 milhões em novas bolsas – apesar de o Conselho historicamente conseguir complementação de recursos maior que o orçamento previsto originalmente. Para este ano, no entanto, afirma que “é preciso aguardar a situação orçamentária”.

A suspensão até o fim de setembro tem como expectativa a liberação de um crédito suplementar – o ministro pediu ao governo federal uma suplementação de R\$ 310 milhões, valor que seria necessário para pagar as 84 mil bolsas em vigência.

O CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), esta ligada ao Ministério da Educação (MEC), são as principais financiadoras da Ciência no Brasil. Em maio, a Capes já havia anunciado o corte de mais de 6 mil bolsas de pesquisa – no caso, a suspensão ocorreu em função do contingenciamento de recursos. Já o CNPq, desde o início do ano, sabia e alertava o governo que o orçamento é insuficiente para manter as bolsas e os compromissos assumidos.

Exemplo

A suspensão, mesmo que temporária, já impossibilitou Rodrigo Carvalho, de 39 anos, de fazer o pós-doutorado em Filosofia para o qual foi aprovado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O programa tem início em setembro, quando ainda não vai ter garantia de bolsa. “Não posso me mudar de Estado, sem ter certeza de que vou ter bolsa. Como vou me manter? Pós-doutorado é pesquisa de ponta, exige dedicação integral. Não é possível trabalhar em outra área e fazer ciência de alto nível ao mesmo tempo”, disse ele, que é de Sumaré (SP) e faz pesquisa na área de filosofia aristotélica.





O CNPq vem sofrendo sucessivos cortes desde 2014 e o orçamento que era de R\$ 1,3 bilhão passou para R\$ 784 milhões neste ano. Desde agosto do ano passado, quando foi definido o orçamento para 2019, os dirigentes do conselho já alertavam que a quantidade de recursos iria praticamente zerar seus investimentos em pesquisa.

A suspensão de novas bolsas vai na contramão de discurso e promessas do MEC para o ensino superior. Apresentado na semana passada, o programa Future-se, que pretende trazer recursos privados para as universidades federais, tem como um dos objetivos promover a internacionalização das instituições para melhorar a qualidade. O ministro Abraham Weintraub diz que quer trazer professores “de universidades estrangeiras de ponta” para dar aula no País.

Dentre os programas que tiveram a bolsa suspensa pelo CNPq está, por exemplo, o de professores viajantes. Essa ação permite ao pesquisador brasileiro ou estrangeiro, “de reconhecida liderança científica ou tecnológica”, colaborar com pesquisas em instituição diferente da qual é contratado.

Fonte: Estadão



Idiomas sem Fronteiras será encerrado pelo MEC

Programa custeou cursos de idiomas nas universidades brasileiras e exames de proficiência para mais de 800 mil pessoas; secretário diz que 'objetivo não pode ser pagar TOEFL para as pessoas'

Programa que permitiu a mais de 818 mil alunos e professores universitários aprender uma segunda língua, o Idiomas sem Fronteiras (IsF) será encerrado pelo Ministério da Educação (MEC). Criado para ser um braço do Ciências sem Fronteiras (CsF), finalizado em 2014, o projeto se tornou nos últimos anos a principal ação do governo federal para promover a aproximação do ensino superior brasileiro ao de outros países.

A gestão do ministro Abraham Weintraub fez duras críticas ao programa. "O Idiomas sem Fronteiras não funcionou, a gente vai substituir. O objetivo não pode ser pagar TOEFL [teste de proficiência em inglês] para as pessoas", disse Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, secretário da Educação Superior do MEC. A declaração foi dada durante a apresentação do programa Future-se, na quarta-feira, 17.

Apesar de o secretário resumir o programa ao "pagamento de TOEFL", o IsF foi desenvolvido com três linhas de atuação: aplicação de testes de proficiência, oferta de cursos de idiomas presenciais e a distância. Entre 2014 e 2018, 454,7 mil pessoas fizeram o TOEFL pelo IsF e 364,5 mil fizeram os cursos. As aulas e os testes eram voltados para alunos da graduação e pós-graduação e professores universitários - e contemplou, além das instituições federais, as estaduais e faculdades tecnológicas.

Minutos antes de criticar o programa, Lima Júnior destacou exatamente que uma das principais dificuldades das universidades brasileiras é a internacionalização. "Existem poucos estrangeiros no nosso País e poucos brasileiros no exterior. As ações que foram feitas no passado, como o Ciências sem Fronteiras, não foram bem sucedidas porque focaram no CPF das pessoas. Nós queremos focar no CNPJ das instituições", disse.

Lima Júnior não explicou qual modelo vai ser adotado no lugar do IsF, apenas explicou que sua ideia é promover a internacionalização a partir da vocação de cada instituição. "Vamos descobrir a vocação que cada universidade tem e a partir daí como potencializar essas pesquisas. A Universidade Federal de Viçosa, por exemplo, se destaca na área de agronomia. Podemos fazer uma parceria entre ela e a Universidade de Iowa. Quando fizer a parceria, aí você vê se o idioma é um problema para a publicação ou pesquisa. Aí vai para o [curso de] Francês, Alemão, qualquer um que seja", disse.

O Estado questionou o MEC se há uma nova proposta para ensino de idiomas no ensino superior e qual deve ser o novo formato. No entanto, a pasta disse apenas que as "necessidades serão avaliadas com a implementação do programa Future-se".

Atualmente o programa tem 5.950 alunos matriculados nos cursos e, no ano passado, o MEC comprou 43 mil testes TOEFL ao custo de R\$ 4,5 milhões para aplicar em 2018 e 2019.





Segundo a pasta, quem está em matriculado ou já inscrito nas para as provas não será afetado pela alteração.

Criação

O Idiomas sem Fronteiras foi criado em 2012, ainda com o nome Inglês sem Fronteiras, e tinha como objetivo desenvolver o idioma em Países, pouco impacto internacional das graduandos candidatos ao Ciências sem publicações científicas.

Fronteiras, que com diversas críticas e avaliações negativas teve o último edital publicado em 2014. O IsF nasceu para corrigir uma das distorções que os especialistas apontavam no CsF, que era o de que muitos estudantes iam estudar em outro País para aprender a língua e não para desenvolver conhecimentos em sua área de estudo.

Com o fortalecimento do IsF, ao longo dos anos passaram a ser oferecidos cursos de alemão, espanhol, francês, italiano, japonês e português para estrangeiros.

Marcio de Castro Silva Filho, presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop), o programa tem um papel importante para corrigir uma deficiência da educação básica brasileira. "Em geral, há baixa familiaridade dos estudantes brasileiros na graduação com uma segunda língua. É uma limitação do ensino médio brasileiro que acaba sendo transferida e vira um problema para as universidades", diz.

Segundo Silva Filho, a falta de domínio, sobretudo do inglês, dificulta a internacionalização das universidades. Rankings internacionais de avaliação do ensino superior,

como o Times Higher Education e o QS University Ranking, apontam que entre as principais dificuldades das instituições de ensino brasileiras para se destacar nas avaliações estão a baixa presença de professores e alunos estrangeiros, poucas parcerias com instituições de outros Países, pouco impacto internacional das publicações científicas.

"Criar um ambiente acadêmico internacional é muito importante. Ele [secretário] critica o pagamento de exames de proficiência, mas eles são importantes para garantir a comunicação, que é fundamental para parcerias de pesquisa e ensino. Isso é incentivado no mundo todo, pós-graduação em Portugal ou na França exige hoje que se saiba inglês", diz.

Para Silva Filho, a ideia apresentada pelo secretário - de só se preocupar com o aprendizado de uma segunda língua na hora da publicação do artigo científico ou da parceria - mostra "desconhecimento de como funciona o ambiente acadêmico". "Para desenvolver parcerias, para fazer algo de impacto global, é preciso entender o que acontece e está sendo produzido em outros lugares do mundo. Sem uma segunda língua, o aluno não vai ser capaz disso. Se só usarmos o financiamento para traduzir artigos, nunca vamos crescer".

Future-se

O MEC apresentou nesta semana o programa Future-se, uma série de ações que pretende "fortalecer a autonomia financeira" das universidades federais com recursos privados.





O programa é dividido em três eixos: gestão e Estado relatam dificuldades para honrar os empreendimentos; pesquisa e inovação; e contratos de funcionários nas áreas de limpeza e internacionalização. Lima Júnior disse durante a segurança - e algumas prevêem até a suspensão apresentação do programa que quer ter as atividades.

instituições públicas brasileiras entre as primeiras Além do bloqueio de verbas para as universidades, colocadas dos rankings internacionais até 2030. também houve o corte do pagamento de bolsas No que se refere à internacionalização, o para pesquisas de mestrado e doutorado. O programa diz que a realização de cursos de Idiomas sem Fronteiras também sofreu com o idiomas para docentes é responsabilidade das contingenciamento, na época, o MEC anunciou que universidades, que podem fazer parcerias com iria interromper o pagamento dos coordenadores instituições privadas. Também diz que elas dos cursos de idiomas.

Fonte: Estadão

deverem promover o intercâmbio entre faculdades nacionais e internacionais de professores estrangeiros para dar aulas.

Especificamente para os estudantes, diz apenas que o MEC vai assegurar a "facilitação de reconhecimento de diplomas estrangeiros em instituições de ensino público ou privadas" e a "facilitação de acreditação de disciplinas cursadas em plataformas tecnológicas ofertadas por instituições de excelência no exterior". O texto não diz como será a avaliação e categorização de quais instituições são consideradas "de excelência".

Contingenciamento

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de verbas discricionárias das universidades. Esses recursos são usados, por exemplo, para o pagamento de terceirizados, contas de água e luz e obras. Universidades ouvidas pelo



Nem os momentos de crise param o segmento

Em franchising, as marcas do setor, cujas grades abordam temas que vão da gastronomia ao ensino infantil, movimentaram mais de R\$ 2,6 bilhões no primeiro trimestre de 2018, segundo a ABF

Uma das primeiras redes de franquia criada no Brasil foi justamente do segmento de educação. Em 1954, a Yázigi fechou sua primeira licença para que uma escola de idiomas usasse seu método de ensino. Em 1966, a empresa adotou o sistema de professores associados, o embrião do modelo de franchising.

De lá para cá, muitos novos processos, metodologias e segmentos foram incluídos no setor de franquias, mas o segmento de educação segue se destacando.

Um dos motivos é a eficiência de performance do segmento, independente do momento econômico do País. Isto porque, quando a economia vai bem, os profissionais podem investir para melhorar sua capacitação, aprender novos idiomas, ou fazer uma especialização para assim angariar novos postos em seu plano de carreira. Já nos momentos de crise, investir na educação é uma alternativa para se destacar no mercado de trabalho ou mesmo manter o emprego. Afinal, a oferta de profissionais capacitados disponíveis aumenta, e com isso as empresas têm mais opções de profissionais disputando cada vaga disponível.

Quem apostou no segmento garante que há muitas outras vantagens. Andre Belz, sócio franqueador da Rockfeller, empresa que completa quinze anos neste mês, pontua que,

além da alta lucratividade, é um negócio que oferece qualidade de vida para os franqueados. “Por conta do calendário letivo, é possível se programar para tirar férias e não trabalhar aos finais de semana”, observa.

Sobre a lucratividade, Belz pontua a vantagem da receita recorrente. “Eu não preciso vender o mesmo produto para a mesma pessoa ou para pessoas diferentes todos os dias. Quando o aluno faz a matrícula, eu sei que posso contar com aquela rentabilidade durante o período letivo”, observa o executivo que diz já ter passado por três grandes crises no Brasil. “2001, 2008 e 2014 foram anos difíceis, mas, mesmo neste período, não houve estagnação para o setor educacional”, ressalta Belz. A Rockfeller possui atualmente 47 unidades operando em todas as regiões do País, mas já tem 12 contratos assinados para abertura até o final deste ano, quatro delas entram em operação nos próximos dias. “Só nos últimos seis meses, nosso crescimento em número de unidades foi de 34%”, diz. “Em termos de matrícula, crescemos 40% no primeiro trimestre deste ano, no comparativo com o mesmo período de 2018”, complementa.

Perfil

O sócio-fundador da Rockfeller comenta que cerca de 90% dos franqueados são pessoas que já tinham algum vínculo com a área de educação e de idiomas antes de adquirir a franquia. “Era professor, funcionário de uma escola de idioma, amigo ou familiar de alguém que já é dono de escola de inglês. E, como já acompanham a rentabilidade e estão acostumados com a rotina, optam por investir no setor”, conta.





Mais do que qualidade de vida, investir em Cursos profissionalizantes educação é ter como missão de vida deixar um Os cursos rápidos de capacitação também têm legado, complementa Rafael Mangini, diretor de apresentado boa performance. A MoveEdu, por marketing da Maple Bear, operação brasileira da exemplo, registrou crescimento orgânico de 25% e escola bilíngue canadense que funciona por meio de 45% com suas sete marcas no ano passado, de franquias. “Os investidores se identificam com faturou R\$ 600 milhões de reais e, hoje, tem cerca o segmento da educação. As pessoas querem de 500 mil alunos ativos e 1.200 franquias das investir em algo que, de fato, traga um bem ao seu marcas espalhadas pelo Brasil. Para este ano, a entorno, que faça diferença na vida de outras projeção da rede é crescer 23%. “A meta é fechar o pessoas”, comenta. ano com mais 100 unidades”, conta Rogério

A Maple Bear aposta num modelo que ainda não é Gabriel, presidente e fundador da MoveEdu. muito explorado – em relação ao número de Na expectativa para o longo prazo, a MoveEdu marcas existentes como ocorre com as redes de pretende, até 2023, transformar a vida de 4 idiomas e cursos livres/capacitação – que é o de milhões de alunos. “Isso contabilizando os alunos ensino regular. “Somos a primeira rede a que passaram pelo nosso sistema do ano passado franquear o ensino infantil, fundamental e médio. até esta data”, adianta Gabriel. Segundo ele, o E, como geralmente quem conhece nossa segredo para crescer é a metodologia adotada metodologia não troca facilmente de escola, pelas suas marcas. “Utilizamos o ensino híbrido, temos uma relação longa com cada aluno”, que une o melhor da tecnologia da educação, ressalta. Quem adquire uma unidade da rede, tem como aulas digitais interativas e ensino inteligente o direito de lecionar nas três searas. “O mais individualizado, com o acompanhamento de comum é começar com o ensino infantil, pois o educadores em atividades face a face, permitindo franqueado já vai formando o seu público para as que o aluno desenvolva suas habilidades no seu etapas seguintes”, diz o diretor. ritmo e com alto desempenho”, diz. Essa

Em 2006, o Brasil foi um dos primeiros países a metodologia, diz o executivo, é um diferencial para adotar a rede, que hoje está presente em 17 conquistar os alunos da geração Z, jovens que têm países. Hoje, são 120 escolas em operação e acesso a diversas formas de tecnologia, o que faz cerca de 25 mil alunos. Há 65 unidades em com que a dinâmica dentro de sala de aula mude. processo de implementação. “Estamos presente em todas as capitais estaduais, com exceção de Macapá. Nosso horizonte é chegar a 300 escolas em operação até 2023”, diz Mangini.

Fonte: DCI

